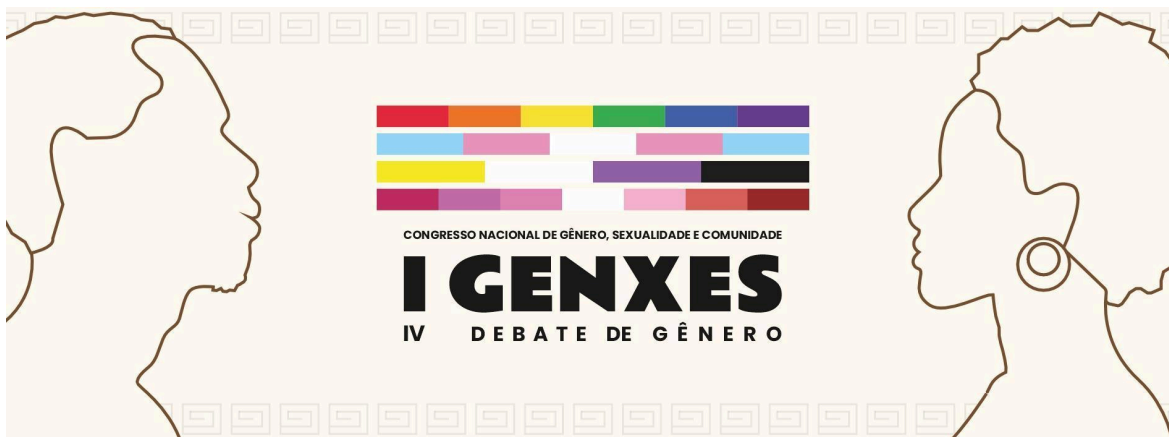




ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: A LEI 14.986/24 E A TRAJETÓRIA DE ESPERANÇA GARCIA

Eixo Comunitário:

Educação das Relações Étnico-raciais, Gênero e Sexualidade

Edilane Francisca da Silva

Mestranda na Universidade Regional do Cariri (URCA)

E-mail: edysilva24.doc@gmail.com

Orientador: Cícero Joaquim dos Santos

Universidade Regional do Cariri

E-mail: joaquim.santos@urca.br

RESUMO: A pesquisa parte do entendimento de que o racismo e o machismo estruturais contribuíram para o apagamento dessas mulheres, inclusive nos conteúdos escolares. Um exemplo marcante é a história de Esperança Garcia, mulher negra escravizada no Piauí, que em 1770 escreveu uma carta ao governador da província denunciando violências sofridas por mulheres e crianças. Esse documento é considerado um dos primeiros registros jurídicos do país, e em 2022, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reconheceu Esperança como a primeira advogada brasileira. Mesmo assim, ainda é pouco conhecida entre professores de História da rede estadual e municipal do estado do Piauí. Inicialmente, a pesquisa vem realizando uma revisão bibliográfica, e posteriormente fará uso de um formulário eletrônico que será enviado para professores(as) de História das redes estadual e municipal da cidade de Pio IX-PI. O objetivo é investigar seus saberes ou a ausência deles sobre a trajetória de Esperança Garcia e sobre a Lei 14.986/24, que busca incluir a história das mulheres no currículo escolar. Como este estudo vem tecendo uma reflexão a partir dos marcadores raça e gênero, o referencial teórico-metodológico vem sendo construído baseado em Crenshaw (2012), com o conceito de interseccionalidade, e Nepomuceno (2012), que discute a invisibilidade e o protagonismo ignorado das mulheres negras nos séculos XX e XXI. A pesquisa, vinculada ao ProfHistória URCA, está na fase inicial. Até o momento, não conta com apoio financeiro. Espera-se que os resultados contribuam para entender como os currículos escolares ainda silenciam vozes fundamentais, bem como que apresente propostas para inserção da trajetória de Esperança Garcia e de tantas outras mulheres negras nos currículos da educação básica brasileira.

Palavras-chave: Lei 14.986/24; Mulheres Negras; Ensino de História; Interseccionalidade.

